

DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2358-4319.v12n3p298-302>

RESENHA

FERNANDES, M. D. E. **Gestão Democrática da Educação no Brasil: a emergência do direito à educação.** Curitiba: Appris, 2018.

Jokasta P. V. Ferraz¹

A professora Maria Dilnéia Espíndola Fernandes, pedagoga, mestre e doutora em educação, em 2013, realizou estágio pós-doutoral e pesquisa políticas educacionais. Seus estudos mais recentes dizem respeito ao sindicalismo e à remuneração de professores, ao financiamento da educação e à análise das políticas educacionais nas Américas. O livro *Gestão democrática da educação no Brasil: a emergência do direito à educação* é a sua obra mais recente e retoma a temática das primeiras pesquisas da autora, como Fernandes explica na introdução.

No livro, abordam-se elementos que são preciosos no campo da pesquisa em políticas educacionais e na gestão da educação: a democracia articulada ao direito à educação. Na obra, a autora considera fatores históricos, econômicos, sociais, legais, pedagógicos, além de explicitar para o leitor a conjuntura política e a correlação de forças que levaram à estruturação da articulação entre educação e democracia na história do Brasil. Inicia a discussão a partir da década de 1930 e finaliza a análise abrangendo as mudanças mais recentes na política nacional.

Ao longo do texto, a autora estabelece o diálogo especialmente com Abrucio (2006), Cury (1996 e 2007), Dourado (1990, 2007 e 2016), Saviani (1992, 1999, 2004, 2009 e 2010), Gramsci (1988 e 1989), Harvey (2008), Hobsbawm (1990, 1995 e 2000), Ianni (1994, 1997 e 2004), Adrião (2007), Gouveia (2017), Ferraz (2011), Peroni (2017), entre outros. Esse conjunto de referências é usado de forma que a teoria sobre a constituição do Estado Brasileiro e as mudanças no mundo do trabalho e do capital ao redor mundo explicam a disputa sobre o projeto de educação nacional.

São três capítulos precedidos por uma introdução em que é demarcado que *“disputar um projeto de educação é disputar um projeto de*

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Professora da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. Email: jokastaferraz@hotmail.com.

sociedade." (FERNANDES, 2018, p.15). Ainda na introdução, são antecipadas as problemáticas abordadas no decorrer dos capítulos e a autora aponta a defesa da tese que

[...] a articulação entre educação e democracia surge no cenário educacional brasileiro como uma emergência nacional, com vistas a redução das desigualdades sociais que se expressam na escola. Defende, também, que a garantia e a ampliação do direito à educação no Brasil têm, na escola pública, que é a escola da maioria, o espaço *sine qua non* para a materialização desse direito. (FERNANDES, 2018, p. 20).

No primeiro capítulo, aborda-se a relação entre educação e democracia a partir dos anos de 1930, levando em conta a conjuntura da modernização do estado brasileiro e, internacionalmente, a crise do capital, que tem a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque como um marco. Nesse período, a disputa pela educação no Brasil se dá entre dois grupos: o primeiro é a Associação Brasileira de Educação, que tinha preceitos religiosos baseados no catolicismo, e o segundo são grupos reformistas, que almejavam uma educação para constituição da nacionalidade, porém em consideração às mudanças pelas quais o país passava.

É com esse segundo grupo que temos a origem da relação entre educação e democracia, sendo o "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", publicado em 1934, o documento que marca essa discussão na esfera da educação.

Ao longo do período analisado, Fernandes (2018) explicita as diferentes configurações da legislação e das políticas educacionais que, geradas pela disputa entre os diferentes projetos educacionais, tensionam o direito à educação. A Constituição Federal de 1934, por exemplo, reconhece a educação como um direito e não como obrigação do Estado.

No segundo capítulo, concentra-se um período maior da história, em que são debatidos alguns pontos das décadas de 1960 até o começo dos anos 2000. É um período marcado por diferentes regimes e por grandes mudanças no país. Porém, a autora pontua, de forma precisa, os marcos relacionados à democracia, à educação de forma geral e ao direito à educação.

Esse período da história é controverso no que diz respeito ao direito à educação, pois, de 1964 a 1985, o Brasil viveu a Ditadura Militar

e, embora sem avanços quanto à gestão democrática, temos alterações significativas no sistema educacional do país no início dos anos 1970, como a ampliação da escolaridade de 4 para 8 anos e o fim do exame admissional, com a fusão do ensino primário e ginásial. Entretanto, essas mudanças não foram antecedidas e nem precedidas de alterações na infraestrutura ou de planejamento sobre as condições do trabalho docente. Nesse sentido, a ampliação da oferta assegura o primeiro passo para garantia do direito à educação, todavia, além do acesso, nenhuma outra política é posta em prática. Depois das mudanças efetivas com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1971, novas alterações só ocorrem concomitantemente com a redemocratização do país após a aprovação da Constituição Federal de 1988.

De 1988 em diante, com a aprovação da LDB n.º 9.394, de 1996, a educação infantil passa a fazer parte do atendimento educacional e a gestão democrática torna-se uma prerrogativa para gestão escolar. O país também enfrenta a implementação de políticas neoliberais que influenciaram as políticas de avaliação, de financiamento e de gestão.

No terceiro capítulo, congregam-se uma série de fatos que evidenciam a sensibilidade da democracia brasileira e, por consequência, a dificuldade da manutenção da gestão democrática da educação. No capítulo, apresenta-se o período da história mais recente e mais desafiador de analisar, porque, ao abordar um tema da política educacional, é imprescindível falar sobre a conjuntura. Contudo, analisar o presente é diferente de comentar períodos históricos passados, que já apresentam análises referendadas pelo campo de estudo e problematizadas em outras obras.

Esse último capítulo deixa evidente a diferença entre o início dos anos 2000 e os últimos dois anos que antecedem a publicação do livro. Após o ano de 2003, o direito à educação ganha novos contornos e conta com escopo de novas políticas, como a instituição do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN); a política de fundos: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Essa política é rapidamente fragilizada pelos acontecimentos seguintes, como o impeachment da presidente Dilma Rousseff; a aprovação da Emenda Constitucional n.º 95, que limita os gastos públicos; a represália

do Ministério da Educação ao Fórum Nacional de Educação (FNE), que culminou na criação do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE); a organização da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE); o movimento escola sem partido, entre outros. Fernandes (2018) relaciona todos esses acontecimentos com a demanda constante de ações e luta para manutenção da democracia brasileira.

A meta 19 do PNE 2014-2024 ganha destaque no último capítulo, pois retrata o resultado do que foi convencionado entre o legislativo e os diferentes grupos que disputaram o texto do PNE para efetivação da gestão democrática da educação. O resultado foi a associação de critérios técnicos, de mérito, de desempenho e a consulta à comunidade escolar. Para Fernandes,

A meritocracia, movida pela competição e pelo individualismo, descaracteriza e deslegitima a gestão democrática como um processo coletivo de tomada de decisões. [...] Quando a gestão democrática da educação se associa à meritocracia, espaços de decisões coletivas são deslegitimados em razão do mérito individual. (FERNANDES, 2018, p. 101).

A autora averigua a articulação do PNE aos Planos Estaduais de Educação (PEE) no que diz respeito à meta de gestão democrática e aponta que apenas o Tocantins não associa critérios meritocráticos à gestão da educação. Essa conjuntura, a partir dos pressupostos teóricos que a autora adota, configura um cenário inquietante para manutenção da gestão democrática.

Ao final do livro, a tese da autora é retomada e a emergência da articulação entre educação e democracia se mostra como uma constante ao longo da história brasileira. Na Ditadura, temos a ampliação do acesso, com todas as restrições que o regime impunha. Com a redemocratização, é constante a tensão entre as políticas neoliberais e a implementação de práticas e instrumentos democráticos na gestão da educação. A organização do FUNDEF, por exemplo, partiu do princípio de que os recursos já são suficientes e é só necessário distribuí-los e geri-los melhor, mas também é vinculado à criação de conselhos de acompanhamento e controle social dos recursos.

No livro, evidenciam-se a todo tempo as disputas pelo projeto educacional, a influência do capital e a configuração da democracia do país. Usando a sequência histórica de fatos relativos ao tema de estudo,

a autora consegue explicitar a coexistência de contradições, as mudanças, as rupturas e as permanências da gestão democrática da educação no Brasil. A leitura desta obra é recomendada a todos que se interessem não só pela gestão e pelo direito à educação, mas também pela análise da conjuntura educacional, política, econômica e social que influenciam o andamento/desenvolvimento da educação do país.

Recebido: junho/2019

Aceito: agosto/2019